

ÁREA TEMÁTICA: TRABALHO**“ECONOMIA SOLIDÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO PRÉ-ASSENTAMENTO EMILIANO ZAPATA: UMA INTERVENÇÃO EXTENSIONISTA DE CARÁTER EMANCIPATÓRIO”****Heloísa Sayumi Miyahara¹****Josiane Belani²****Luiz Alexandre Gonçalves Cunha³****Tatyla Marques Barreto⁴**

Resumo: O Pré-assentamento Emiliano Zapata, situado no distrito de Itaiacoca, Ponta Grossa-PR, ligado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ocupa há 6 anos uma área de aproximadamente 600 hectares, divida por cerca de 60 famílias. É importante lembrar que, apesar de viverem na mesma comunidade e compartilharem uma ideologia comum, as famílias produzem individualmente. Neste contexto, detectada a necessidade de desenvolver uma alternativa de trabalho e renda de forma cooperativa entre as famílias, a Incubadora de Empreendimentos Solidários (IESOL) da Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR, formulou o projeto “Economia Solidária e Desenvolvimento Local no Pré-Assentamento Emiliano Zapata – Ponta Grossa-PR: Hortas Comunitárias e Unidade de Processamento de Alimentos Agroecológicos”, que foi aprovado e é financiado pelo Programa do Governo Estadual Universidade Sem Fronteiras. Inicialmente foram “selecionadas”, pela comunidade, 15 famílias para desenvolver as primeiras etapas referentes à implantação da horta. Visando a integração de toda a comunidade no projeto, surgiu a necessidade do trabalho com todas as famílias do pré-assentamento. Em aproximações feitas com a comunidade, bem como por meio dos estudos anteriormente realizados pela IESOL, pudemos notar uma lacuna no que diz respeito à participação feminina no fortalecimento da renda familiar e nos processos decisórios dentro da comunidade. Considerando a importância desta participação elaborou-se um “sub-projeto” de intervenção na área social, com intuito de instrumentalizar a comunidade para que esta possa gerir suas atividades produtivas de forma “autônoma”. Essa intervenção se dá através de reuniões semanais com um grupo de mulheres, e se propõe a capacitá-las buscando torná-las multiplicadoras no que diz respeito a princípios de Economia Solidária, Cidadania e Direitos Sociais bem como compartilhar informações que elas próprias demandam ao longo dos encontros. Essas capacitações são elaboradas pela equipe sob a ótica emancipatória da intervenção extensionista, ou seja, trabalhando na comunidade de forma a estimular o protagonismo dos sujeitos.

Palavras-chave: Empreendedorismo Solidário; Fortalecimento do Trabalho Feminino; Extensão

Introdução

É importante entender que a luta pelo acesso à terra se dá desde o momento da colonização brasileira, num contexto de divisão de classes, onde um grupo de proprietários detém o acesso à mesma e também o poder, impondo “[...] ao outro grupo, os subalternizados, uma condição de exploração, levando-os, em diversos momentos da história, a se organizarem tendo por objetivo a libertação desse grupo social. No caso específico dos camponeses, sem perspectiva de acesso a terra, restava tão somente a resistência à expropriação[...]” (STEFANIAK, 2002, p.64), como expressão desta resistência, e de busca por acesso à terra, surgem então movimentos sociais para lutar por este direito.

É numa conjuntura de lutas que surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual teve início no ano de 1984, em Cascavel – Paraná, sendo fruto de lutas que o antecederam, como a luta do contestado, a guerra dos canudos, e principalmente as ligas camponesas, as quais são apresentadas como as lutas mais importantes para a posterior formação do movimento, pois esta tinha o objetivo de organizar pequenos agricultores na conquista por terras.

¹Assistente Social, recém-formada, bolsista do referido projeto e mestranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail: hsmhelo@hotmail.com

²Graduanda em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, estagiária, bolsista do referido projeto. E-mail: josianebelani@hotmail.com

³Professor Doutor da Universidade Estadual de Ponta Grossa e Coordenador do referido projeto e da Incubadora de Empreendimentos Solidários-IESOL. E-mail: iesol@uepg.br

⁴Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, estagiária, voluntária do referido projeto. E-mail: tatylabarreto@yahoo.com.br

Segundo Valadão (2006, p.23), o MST pode ser entendido como “[...] parte da classe camponesa que se organiza para resistir a exploração, procurando (re)criar-se enquanto classe, desenvolvendo experiências e ampliando a participação desta parcela da população na vida política do país para lutar por transformações sociais, procurando conquistar benefícios reais, e fazer com que seus membros sintam-se como sujeitos de sua própria história.”

O MST foi criado a partir da necessidade de organização daqueles indivíduos que precisavam de terra, e por algum motivo eram desprovidos dela e de camponeses que haviam sido expropriados. É portanto, um movimento composto por indivíduos que não tem um pedaço de terra para que dela possa tirar seu sustento, e conseqüentemente são excluídos da sociedade. As CEBs e a Igreja Luterana auxiliaram na formação de acampamentos no Estado do Rio Grande do Sul, e posteriormente essas organizações vieram para o estado de Santa Catarina, contando também com o apoio de políticos do PT, que surgia na mesma época.

Apesar de o MST não ser o único movimento desta natureza, “[...] é o principal responsável por manter a Reforma Agrária na agenda política durante a década de 1990, quando diversos movimentos de luta pela terra surgiram, assim como entidades sindicais passaram a utilizar a ocupação de terras, o principal instrumento de luta do MST” (VALADÃO, 2006, p.49).

Os objetivos do movimento são três: a luta pela terra; a luta pela reforma agrária e a luta por mudanças na sociedade. A luta pela Reforma Agrária, é porém, a luta por uma reforma que vai muito além da terra improdutiva, mas uma reforma a fim de redistribuir terras produtivas, e atingir ainda os setores da educação, da comunicação, entre outros. Sendo que a luta por mudanças na sociedade configura-se como seu principal objetivo, idealiza-se uma sociedade mais igualitária. “[...] o MST, como o movimento social mais importante atualmente em nosso país, auto define-se como movimento popular, corporativo e político. Assumindo que tem um projeto político diferenciado para a sociedade brasileira, extrapola a questão imediata que é a conquista da terra para os camponeses.” (STEFANIAK, 2002, p.72).

Valadão (2006, p.115) aponta que “[...] a luta das famílias sem-terra ligadas ao MST, não se encerra com a conquista da terra, a atuação do movimento social traz desdobramentos, procurando que estas famílias tenham condições de promover seu próprio sustento, tenham acesso a educação, a saúde, enfim a uma vida com o mínimo de dignidade. Procurando-se conquistar espaços para que não se propaguem os valores das classes dominantes e sim valores identificados com os ideais de uma sociedade mais justa. Esta práxis mostra o processo educativo atuando no sentido de proporcionar a formação da consciência política, superando uma visão ingênua do mundo e desenvolvendo experiências de outras possibilidades de organização social.”

Podemos perceber que para o Movimento, a luta vai muito além de apenas possuir a terra, mas como ter condições para permanecer na mesma. Para estas famílias camponesas que vêm uma oportunidade de “retorno” ao campo, “a terra deve ser o lugar de *habitat* [...] possibilitando a estas, através das pequenas propriedades, um núcleo de existência social, permitindo-lhes a subsistência, a manutenção de suas culturas, de sua religiosidade, da educação de seus filhos e, por conseqüência, a sua contribuição para uma sociedade brasileira com índices sociais menos desfavoráveis, ou seja, com menos desigualdade social.” (STEFANIAK, 2002, p.113). A luta maior, portanto, é de garantir esta subsistência, e se ter visibilidade frente à sociedade, pois, pelo caráter do movimento em confronto com os valores da sociedade capitalista e do modelo neoliberal, apresenta-se a dificuldade de reconhecimento dos indivíduos como participantes da sociedade e da inserção de seus produtos no mercado, sendo que o objetivo não é de gerar lucro, mas sim condições de sustentabilidade. Pois, segundo o próprio movimento, “As políticas de desenvolvimento da economia devem estar baseadas fundamentalmente nos interesses de melhoria das condições de vida de toda a população, em especial dos mais pobres. Sua missão é produzir bens que eliminem o grau de pobreza e a desigualdade social existentes em nosso país. A organização da produção deve buscar em primeiro lugar o atendimento das necessidades básicas de toda a população brasileira. Por isso, lutamos por uma economia que estimule a produção de bens e possibilite a eliminação da pobreza e da desigualdade social. Que privilegie o trabalho e a qualidade de vida do povo brasileiro, com crescimento e distribuição de renda valorizando uma economia mais justa e solidária.

Nesse sentido o Projeto “Economia Solidária e Desenvolvimento Local no Pré-Assentamento Emiliano Zapata – Ponta Grossa-Pr: Hortas Comunitárias e Unidade de Processamento de Alimentos Agroecológicos” do Programa Universidade Sem Fronteiras iniciou suas atividades em janeiro de 2009. Ligado diretamente à Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Estadual de Ponta Grossa o referido projeto busca levar ao Pré-Assentamento Emiliano Zapata subsídios tecnológicos, materiais e científicos para o processamento de hortaliças orgânicas minimamente processadas. Buscando ampliar a capacidade de “auto gestão” da comunidade alia a este trabalho conceitos de Economia Solidária para promover o desenvolvimento local fortalecendo preceitos do

próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tais como agricultura familiar orgânica, preservação do meio ambiente, cidadania e direitos sociais

Dentro deste projeto buscou-se uma alternativa de trabalho que pudesse abranger, direta ou indiretamente, o maior número de famílias da comunidade. Visto que foram selecionadas dentro da comunidade 15 famílias para participar diretamente com as tecnologias da cozinha de processamento mínimo e com a horta comunitária, número este que se mostra bem inferior a metade da quantidade de famílias pré-assentadas. Para tanto, foi organizado um “subprojeto” de intervenção na área social com a população feminina do Pré-Assentamento, acreditando que essas mulheres ao final das capacitações possam ser multiplicadoras dos conhecimentos adquiridos durante as reuniões semanais propostas.

Objetivos

Geral:

Fortalecer a renda familiar por meio de grupos de mulheres criando condições para que os sujeitos possam ser “gestores” e multiplicadores dos conhecimentos construídos nas reuniões, bem como fortalecer a participação política da mulher nos processos decisórios tanto no âmbito familiar quanto comunitário.

Específicos:

Realizar diagnóstico social participativo, para dar suporte à escolha das temáticas que serão abordadas durante as reuniões semanais com as mulheres da comunidade.

Criar espaços de debate à cerca das demandas sociais as quais a comunidade vivencia, e por meio destes formular possíveis enfrentamentos a estas questões.

Contribuir para que o projeto de Extensão cumpra com seu papel, trabalhando sob a ótica emancipatória, trocando experiências com a comunidade e construindo conhecimentos capazes de suprir as fragilidades da realidade local.

Metodologia

A metodologia utilizada na intervenção é baseada em teorias críticas de concepção de homem e mundo. Dentro dessa lógica de pensamento buscamos na dialética construir coletivamente os passos do “subprojeto”.

Buscou-se então, o trabalho com grupo de mulheres, iniciar as capacitações em Economia Solidária. Para tanto foi de extrema importância o conhecimento da realidade, iniciou-se um processo de visitas domiciliares junto à Pastoral da Criança da própria comunidade. Foi identificada uma lacuna do que se tratava da participação das mulheres na realidade da comunidade, e dentro desse viés procuramos elaborar um plano que contemplasse este segmento.

Por meio de reuniões semanais busca-se promover debates dinâmicos sobre diferentes assuntos sempre relacionando estes aos princípios de Economia Solidária e Cidadania.

Resultados

Como o projeto ainda está em desenvolvimento, pudemos apenas apontar resultados parciais tais como:

- > Participação das mulheres em discussões pertinentes ao seu cotidiano
- > Integrar a equipe do Projeto à comunidade, com a finalidade de construir um trabalho coletivo
- > Buscar soluções as demandas sociais emergenciais desta comunidade

Conclusões

Diferente de outros modelos de empreendimentos econômicos, um empreendimento de Economia Solidária vê nas suas atividades de cunho financeiro um meio para o estabelecimento da solidariedade, democracia e autogestão, ou seja, o foco do empreendimento não são as atividades

financeiras em si. Sendo assim, os princípios norteadores da Economia Solidária (como o igualitarismo e comprometimento sócio ambiental), cassam-se os ideais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Dessa forma, as atividades de geração de trabalho e renda em Economia Solidária não buscam apenas agregar valor a um produto e torná-lo competitivo, mas sim, administrar de forma autogestionária um empreendimento onde haja igualdade (de direitos e responsabilidades), solidariedade, cooperação e responsabilidade sócio ambiental. Prioriza-se ainda a politização de seus integrantes, com um trabalho contínuo visando a não alienação nos processos produtivos e uma preocupação permanente com fatos internos e externos ao empreendimento.

Para que o empreendimento possa ser gestado pelos próprios trabalhadores é necessário mudar (ou acabar) com a idéia de heterogestão, onde figura uma hierarquia disciplinante de tudo e todos, sendo cada trabalhador responsável apenas pela sua tarefa dentro do ciclo produtivo. A autogestão prevê a democracia direta, o interesse coletivo pelas discussões e tomadas de decisões, todos os associados são 'proprietários' dos equipamentos e ferramentas de trabalho e, a coordenação, que busca transformar idéias em ações, sempre é renovada.

Entendida esta idéia, cabe a nós extensionistas um comprometimento no sentido de: propiciar a autonomia. Dizer a um grupo de trabalhadores como se executa uma atividade ou como otimizá-la, é diferente do que discutir em grupo as dificuldades e potencialidades de um empreendimento. Na primeira, além da prepotente visão academicista de 'levar o conhecimento a comunidade', cai-se no engodo da falta de assistência futura, visto que os projetos têm prazos limitados. É necessário nos sensibilizarmos que o conhecimento é uma troca dialética de saberes, temos de buscar esclarecimentos quanto aos processos produtivos e ao gerenciamento da entidade jurídica, levando informações a todos do grupo, não apenas a uma liderança. Um empreendimento de Economia Solidária só vingará pó 'conta própria' se admitida a idéia que estamos em campo não para capacitar funcionários, mas sim para revelar trabalhadores gestores.

Referências

DESENVOLVIMENTO. Disponível em: <http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4669>. Acesso em: 21/05/2009.

STEFANIAK, Jeaneth Nunes. **Propriedade e Função Social: perspectivas do ordenamento jurídico e do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. 2002, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2002.

VALADÃO, Adriano da Costa. **Os núcleos de base do MST e a construção da cooperação agrícola: assentamento contestado – estado do Paraná**. 2005, Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2005.

SILVA, Benedito Cândido da. **A Luta na Terra em Busca da Emancipação. Histórias orais de vida de agentes do MST do Assentamento Dorcelina Folador no município de Arapongas, estado do Paraná**. 2007, 205p., Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007. Disponível em: http://www.bicentede.uepg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=119.

CURSO BÁSICO DE COOPERATIVISMO: **Construindo o Cooperativismo Popular e Autogestionário**. Programa Estadual de Economia Solidária. 2001.

PROJETO DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: **Diretrizes Conceituais e Estratégicas**. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília: MTE, SENAES, SPPE, DEQ, 2006.